

OS APRENDIZES E OS OFÍCIOS: REFLEXOS DO MUNDO DO TRABALHO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Inayara Elida Aquino de Melo

Wojciech Andrzej Kulesza

UFPB

Eixo 2: História da profissão docente e das instituições escolares

INTRODUÇÃO

No prefácio de Luiz Antonio Cunha a um livro recente sobre a socialização da força de trabalho no Estado de São Paulo é denunciada a parca bibliografia sobre “o ensino profissional destinado aos trabalhadores diretamente ligados à produção”, sendo essa situação considerada pelo autor uma “expressão do elitismo da educação brasileira” (MORAES, 2003, p.11). Talvez como consequência dessa situação e da extrema volatilidade dos indícios acerca do ensino prático, são escassas as fontes históricas referentes a esse tipo de ensino, limitando dessa maneira as possibilidades de pesquisa a serem feitas. Aliás, essas dificuldades também foram apontadas por Rugiu (1998, p. 22), quando da elaboração de seu livro sobre a história do artesanato. A própria obra consolidada de Cunha (2000a, 2000b, 2000c), reflete essas limitações, não contemplando a influência mais geral do ensino profissional nos sistemas educacionais de educação básica e superior e, principalmente, condicionando estreitamente o desenvolvimento (ou não) das escolas profissionais, à evolução dos modos de produção no Brasil.

Este trabalho, cujos primeiros resultados foram apresentados no I Encontro Norte e Nordeste de História da Educação (MELO, BEZERRA e KULESZA, 2006), se inclui entre aqueles destinados a preencher as lacunas acima apontadas. Centrado na história da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba de 1909 a 1942, a pesquisa, ainda em andamento, tem como objetivos: resgatar a história institucional da Escola naquele período; comparar os dados escolares dos alunos da Escola da Paraíba com as estatísticas referentes às escolas semelhantes de outros Estados; relacionar os perfis profissionais dos alunos formados pela Escola com as demandas do mercado de trabalho; reconstruir o cotidiano da escola, notadamente, as disciplinas ministradas e seus programas de ensino; analisar o regime disciplinar em vigor na Escola e sua ação “civilizadora” sobre os aprendizes; levantar as representações da Escola na imprensa periódica paraibana, especialmente, aquelas

emanadas pelas autoridades educacionais; cotejar o movimento de entrada e saída dos aprendizes pelos diversos ofícios com as mudanças de oportunidades ocupacionais existentes no mercado de trabalho durante o período considerado; e finalmente, avaliar o impacto das sucessivas reformas originadas no governo federal sobre o ensino ministrado na Escola.

UMA ESCOLA DISCIPLINAR E CONSERVADORA

Criada pelo decreto federal nº 7566 de 23 de setembro de 1909 expedido pelo presidente Nilo Peçanha, juntamente com outras escolas semelhantes em 18 estados brasileiros, a Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba foi logo instalada, iniciando suas aulas em 15 de fevereiro de 1910. Tal como suas congêneres, a instituição tinha como objetivo primordial o reordenamento social, tornado urgente em virtude da aceleração do processo de urbanização, especialmente nas grandes cidades. Destinadas a atender alunos de 10 a 13 anos (ampliando a oferta para alunos de 12 a 16 anos em 1911 e de 10 a 16 anos em 1918), seu currículo distinguia claramente entre a formação geral, equivalente ao ensino primário, e a aprendizagem prática do ofício. Para trabalhadores que já tivessem concluído o primário, a escola se abria no período noturno exclusivamente para a aprendizagem dos ofícios. Durante o dia, as escolas atendiam como clientela preferencial os “desfavorecidos da fortuna”, sendo imediatamente associadas pela população aos “asilos” ou às “casas de correção”. Na Paraíba este estigma foi reforçado pelo fato da Escola funcionar inicialmente nos porões do prédio que abrigava o quartel da Força Policial do Estado.

O uso de dependências policiais e até mesmo de casas de detenção foi relativamente comum nos primeiros tempos de funcionamento dessas escolas nos diversos Estados. Souza relata que no Amazonas, “durante os anos de 1925 e 1926 a Casa de Detenção funcionou como Presídio, Escola e também Dispensário de Moléstias Venéreas e de Lepre” (2002, p.91). Conforme Ferreira, a Escola da Paraíba somente viria a ser instalada em prédio próprio em 1929, isto é, seus alunos durante quase 20 anos tiveram que conviver com soldados da polícia (1994, p.15). Em obra recente do mesmo autor, na qual caracteriza a Escola como uma instituição disciplinar foucaultiana, ele afirma que a instrução militar foi “adotada de forma pioneira” pela Escola da Paraíba em 1922, pela nomeação de um oficial reformado como “instrutor militar”, auxiliado posteriormente pela contratação de vários sargentos (FERREIRA, 2002, p.59).

Essas condições influenciariam profundamente o cotidiano das escolas, configurando um regime disciplinar próprio dos quartéis para regular a vida dos alunos, indo desde o uso de uniformes até a aplicação de penas de reclusão aos aprendizes considerados faltosos. Bastos, no seu trabalho sobre a escola do Pará assim descreve uma punição, constante de um regulamento elaborado em 1933¹, cuja origem militar salta aos olhos:

A [punição] de exclusão, se processava através de uma cerimônia, onde o aluno punido formava junto com os demais no pátio interno da Escola. Ao toque da Banda Marcial, o aprendiz punido era despido do uniforme escolar por um de seus colegas e, a seguir, acompanhado de um professor, fazia uma última visita a todas as dependências da Escola, terminando no portão da saída. A população presenciava o ato e dele tinha conhecimento através de edital colocado na portaria da escola e publicado nos jornais da cidade (1980, p.68).

A Escola da Paraíba, desde sua fundação até 1942, manteve a aprendizagem dos mesmos ofícios - serralharia, marcenaria, alfaiataria, artes de couro (ou sapataria) e encadernação (que foi ampliado para tipografia em 1937) - refletindo a relativa estabilidade das atividades produtivas no Estado e sua incapacidade de atender setores novos de produção (como por exemplo, o beneficiamento do algodão e seus derivados, ramo industrial que se expandiu bastante no período considerado). No entanto, a Escola era bastante procurada e não parece que o critério de pobreza tenha sido determinante para a matrícula dos alunos. Cunha, analisando a distribuição anual das matrículas nessas escolas de 1910 a 1942 em todo o Brasil, constata que “durante todo esse tempo, foi a Escola de Aprendizes da Paraíba que teve maior número de alunos” (2000b, p. 92). Com uma média anual de 320 alunos de 1910 a 1942, a Escola da Paraíba parecia estar mais bem sintonizada com o mercado de trabalho do que suas assemelhadas, ainda que o baixo número de concluintes não destoasse daqueles de outras escolas: 2,25 por ano em média, de 1915 a 1930, segundo os dados apresentados em Lima et al (1997).

OFÍCIOS ARTESANAIS

¹ Ainda em 1934, Bastos relata o caso de um ex-aluno e funcionário aposentado, entrevistado por ele e que teria sofrido a punição de ficar trancado um quarto totalmente escuro além do limite máximo de duas horas por esquecimento, sendo solto somente depois dos pais o terem procurado na escola (1980, p.68, nota 1).

Num quadro de preconceito e baixo *status* social conferido aos ofícios manuais, considerando o pouco valor profissional do diploma de mestre e seu escasso valor para o prosseguimento dos estudos, nada mais natural que supor que os aprendizes, tão logo se iniciassem nos rudimentos de um ofício, abandonassem a escola para continuar aprendendo, mas agora na forma de um trabalho remunerado. O testemunho do diretor da escola de Santa Catarina, João Cândido da Silva Muricy, retirado de seus relatórios de 1921/1922 é significativo a respeito:

A escassez de recursos de um certo número de meninos é, aqui, como será em todos os demais Estados da União, um dos motivos que muito cooperam para constantes faltas e retiradas durante os trabalhos da Escola; pois muitos dos nossos aprendizes, entrando para as aulas e só se retirando depois de encerradas as oficinas, sentem-se enfraquecidos, por faltarem-lhes recursos para trazerem diariamente qualquer coisa, para sua merenda no meio do tempo de trabalho (...) Pouco cobertos e pouco alimentados relativamente ao que uma criança que trabalha precisa para as compensações da sua economia orgânica, poucos são os que nessas condições resistem cursando a Escola até o último ano de estudos (...) A frequência dos aprendizes tem sido [...] o motivo de maior preocupação dos seus diretores, que ano por ano iniciam os seus cuidados procurando todas formas para conseguir uma melhor regularidade acabando sempre por compreender serem baldados todos os seus esforços.(...) E assim vão até o quase fim de ano, quando reconhecendo a inutilidade da sua volta à Escola perdem o ano. Outros há que abandonam ou muito faltam, porque vão coadjuvar os pais nos seus serviços, no ganho da subsistência que cada dia se torna mais difícil; outros porque são vadios não receando as correções domésticas e nem as pequenas corrigendas que na Escola podem sofrer. Outros finalmente, os do segundo ano em diante são seduzidos pelas oficinas particulares: tal é a falta de operários para as indústrias (apud CINTRA, 2004, p. 65-66).

A enorme evasão escolar, característica dessas escolas em todo o Brasil, certamente relacionada com as necessidades econômicas dos próprios aprendizes e de suas famílias como vimos no depoimento acima, era favorecida pelas poucas exigências de certificação profissional, feitas pelo mercado de trabalho, dos cursos oferecidos pela Escola, bastando, na maioria das vezes, possuir apenas parca familiaridade com o ofício requerido. De fato, os cursos mais procurados, alfaiataria, sapataria e marcenaria, que exigiam oficinas e ferramentas próprias para o trabalho, foram responsáveis por mais da metade das matrículas nas escolas no período considerado (conforme CUNHA, 2000b, p.91-101). Na Paraíba, pela análise dos poucos anúncios de emprego publicados nos jornais da época, constata-se que, quanto maior a exigência de qualificação, menor a evasão de aprendizes daquele ofício, principalmente entre os ofícios mais tradicionais como a alfaiataria. Assim,

no relatório de 1922, o diretor da Escola, Coriolano de Medeiros, especifica os profissionais que completaram o curso até aquele ano: “9 serralheiros, 7 alfaiates, 1 marceneiro e 1 sapateiro” (1922, p. 7), ou seja, apenas esses 18 aprendizes se formaram em mais de 10 anos de funcionamento da Escola. Se excluirmos a presença dos serralheiros, ofício novo relacionado ao crescente ramo metalúrgico das atividades produtivas e que, provavelmente, por exigir equipamentos dispendiosos tais como a solda elétrica, retinha os aprendizes mais tempo na Escola, único lugar onde eles poderiam dispor desses equipamentos para o seu trabalho, avulta exatamente o número de alfaiates. Essas suposições são confirmadas pelos dados do relatório citado referentes às habilitações obtidas somente nas oficinas, para aprendizes que já haviam completado o curso primário: 10 serralheiros, 8 alfaiates, 2 marceneiros, 1 encadernador e 1 sapateiro.

Desta forma, a relação da Escola com o mercado local de trabalho foi muito conservadora, reforçando a produção artesanal e dando as costas à incipiente industrialização que se firmava no Estado. Inicialmente, a criação das escolas de aprendizes artífices pretendia satisfazer a dupla finalidade de fornecer mão de obra especializada num cenário de crescente desenvolvimento urbano e industrial, ao mesmo tempo em que contribuía para o reordenamento social pela inclusão dos “desfavorecidos da fortuna” e “marginalizados” nas atividades produtivas. Porém, apesar das diversas tentativas de reforma, principalmente no sentido de adequar a escola da Paraíba ao regime de fábrica próprio da moderna indústria, tudo indica que as linhas mestras de sua concepção original, como “instituição disciplinar”, continuaram moldando seu funcionamento durante todo o período considerado. As próprias modificações nos métodos de produção, notadamente a introdução do taylorismo, não eram contempladas na formação dos futuros “operários”. Quando essas transformações se impuseram no Sudeste e repercutiram na concepção das escolas, através da criação do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, o longo administrador da Escola imediatamente manifestou sua discordância, opondo à “especialização do operário”, a formação do “homem integral” (Leite, 1979, p.16)². Essa verdadeira tentativa de “industrialização” das escolas promovida pelas reformas da década de 20, mais do que a aceitação de encomendas para a produção em série, como conclui Cunha (2000b, p.76), significou uma tentativa de introduzir no

² Como seria de esperar, as recomendações do Serviço de Remodelação não foram atendidas em várias escolas. Souza (2000, p.118) afirma que estas medidas não foram atendidas no Amazonas e Amorim(2002, p.11-12) relata que, pelo fato do diretor não adota-las no Paraná, a escola foi punida com o corte de verbas, situação só normalizada com a morte do diretor em 1928. A geografia da industrialização brasileira, fortemente influenciada pela imigração européia, explica a diferença entre os dois casos.

currículo a “racionalização do trabalho” característica da indústria fabril. Como afirmou o diretor da escola de Santa Catarina em 1921, tratava-se de fazer com que “o aprendiz se sinta preso pelo interesse, pela obrigação de operário perante o patrão, mais do que como simples discípulo diante do mestre” (apud CINTRA, 2004, p.65).

Coerentemente, Coriolano de Medeiros, não queria perturbar a ordem que preconizava, como nas corporações de ofício medievais, uma formação integral do artesão, e não uma preparação de seres humanos fragmentados pela moderna divisão do trabalho industrial. Pelo contrário, para ele, a Escola poderia sim ser um celeiro de formação de verdadeiros artistas. Depois de 12 anos de convivência com os aprendizes, Coriolano, pensando certamente em Pedro Américo naqueles tempos em que se comemorava o centenário da independência, testemunhava:

Desde o seu começo revelaram-se, e continuam aparecer, crescido número de genuínas vocações à pintura, o que não é de estranhar, porquanto as terras produzem especialidades não só de ordem material ou física, como de ordem moral; e a Paraíba talvez um dia seja considerada o ninho dos pintores brasileiros!(1922, p.2)

Na concepção de Coriolano, que podemos considerar humanista cristã, o ideal de formação do artífice era a do antigo mestre-artesão – pré-requisito básico para que ele pudesse se elevar ao nível da arte, transformando-se em artista – senhor dos meios de produção e dos saberes necessários para a confecção de sua obra. Seria interessante fazer o levantamento dos aprendizes que se voltaram para as atividades artísticas depois que saíram da escola, uma vez que temos vários indícios, na Paraíba e em outros estados, de existência desses casos. Assim, Paulo Ildefonso de Assumpção, primeiro diretor da escola do Paraná, em artigo no qual defende a simultaneidade da educação manual e intelectual do aprendiz revela: “um aprendiz sapateiro, por exemplo, afeiçoadíssimo ao desenho resultou arquiteto; um outro jovem, serralheiro-mecânico, tentado pela excelente caligrafia e disposição para o cálculo, resultou hábil guarda-livros” (1918). Em vez de olhar só os evadidos, urge também acompanhar aqueles que terminaram a escola e, inclusive, vieram a se tornar seus professores e mestres.

Coriolano de Medeiros encarnava maravilhosamente essa reminiscência patriarcal, tão criticada pelo engenheiro João Luderitz, diretor da escola do Rio Grande do Sul e responsável pelo Serviço de Remodelação. Definitivamente, Coriolano não compreendia o “movimento industrial de uma oficina”, exigência fundamental posta pelo reformador gaúcho para os diretores das escolas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Jornalista e escritor, fundador e presidente tanto do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, como da Academia Paraibana de Letras, ele aliava sua função de dirigente da escola com uma militância intelectual constante na fechada sociedade paraibana. Essa permanência das relações sociais próprias de casagrande&senzala é mais bem ilustrada com o que ocorria na escola do Ceará. De posse de uma tipografia, seu diretor editou em 1917 uma *Revista Pedagógica*, publicação bimestral trazendo as últimas novidades sobre a temática educacional e, inclusive, “reproduções de artigos da Revista de Ensino de São Paulo e de jornais do Sul” (MADEIRA, 1997, p.135). Assim, as questões candentes da educação escolarizada vinham a lume pelas mãos dos aprendizes aos quais eram oferecidas apenas as migalhas da cultura escrita.

MÉTODOS DE ENSINO

Como mostrou Moraes (2001), foi exatamente em São Paulo, onde o processo de industrialização se deu de forma mais diferenciada (e de modo pioneiro em muitos ramos da produção), que a aprendizagem de ofícios começou a perder seu caráter meramente “corretivo e preventivo”, para se transformar numa preparação para as novas funções demandadas pelo processo de industrialização em curso já a partir dos anos 10 do século 20. Daí a reiterada insistência, invariavelmente presente nos projetos de reforma das escolas, na necessidade de pagamento da força de trabalho dos aprendizes através da venda dos produtos fabricados nas oficinas da escola. Já em 1912, também com o objetivo de suplementar o magro orçamento desses estabelecimentos, uma vez que parte do valor da venda revertia para a escola, se começou esse processo. Depois de se tentar o pagamento de diárias aos aprendizes e de se instituir em 1922 a merenda escolar, findou-se por institucionalizar a aceitação de encomendas externas pelas escolas, processo denominado de “industrialização das oficinas” e levado a cabo pelo Serviço de Remodelação anteriormente citado.

Numa época na qual o “método intuitivo” era a coqueluche da moderna pedagogia, foi, paradoxalmente, nas socialmente desprestigiadas escolas de aprendizes que estas idéias encontraram terreno fértil para proliferar, ao menos doutrinariamente. Como discorria Paulo Ildefonso d’Assumpção, primeiro diretor da escola do Paraná:

Tendo ainda em consideração que a superioridade da moderna pedagogia consiste essencialmente em antepor a cultura do espírito ao saber mnemônico, procurei pois, criar um método aplicável a

estes institutos, adotando o ensino intuitivo, racional e analítico, desenvolvendo o máximo de esforço por parte dos mestres, afirmando o valor das suas lições, aliviando o aluno da obrigação de decorar lições e preceitos cheios de palavras supérfluas e às vezes errôneas de que estão cheios os livros didáticos expostos ao comércio (apud QUELUZ, 1998, p.100)

Não há dúvida que esta experimentação realizada nas escolas profissionais, com alunos considerados “inferiores” social e intelectualmente, engrossou na década de 20 os argumentos dos partidários da Escola Nova a favor do “aprender fazendo”. Concretamente, sabemos que a Escola Normal de Artes e Ofícios “Venceslau Brás”, criada em 1917 no Distrito Federal, originalmente se destinava tanto à preparação de professores, mestres e contra-mestres para o ensino profissional, quanto à preparação de “professores de trabalhos manuais para as escolas primárias da municipalidade” (CUNHA, 2000b, p.83). Mais tarde, quando da reforma educacional realizada por Fernando de Azevedo no Rio de Janeiro, a disciplina de trabalhos manuais seria um componente essencial da “escola de trabalho” então proposta por aquele pioneiro para conformar a escola primária. Guardadas as proporções, enxergamos nessa transposição da disciplina trabalhos manuais o mesmo movimento que transplantou para as crianças “normais”, os conhecimentos pedagógicos provenientes de experimentos realizados com crianças “excepcionais”, como ocorreu exemplarmente no caso da pedagogia montessoriana.

É ainda o diretor da escola do Paraná, no artigo citado em que defende a integração da instrução geral com a profissional, que nos alerta para a inconveniência de uma dissociação entre a teoria e a prática:

A educação moderna tal não permite, porque se exerce, desde o despontar da razão até ao mais alto grau de cultura, por essa dupla aplicação, harmônica e constante, do ensino que desperta o raciocínio e expõe as verdades científicas, aos exercícios nos laboratórios e nas oficinas que realizam a demonstração sensível e imediata das operações mentais (ASSUMPÇÃO, 1918).

Considerados pré-requisitos para a formação profissional, os cursos primários e de desenho foram articulados com oficinas de trabalhos manuais próprias para crianças com idade em volta de dez anos, como modelagem e trabalhos com papel. Em seguida, já com crianças de maior idade, realizava-se o treinamento nas oficinas, procurando-se reproduzir nelas as técnicas e materiais utilizados de fato na produção local. Ora, dada a diversidade regional do desenvolvimento das técnicas no Brasil, a incorporação ao currículo dessas escolas de disciplinas exigidas pelas novas práticas produtivas se deu *pari passu* a esse

processo de modernização e, portanto, foi ocorrendo de forma diversa pelos estados brasileiros. Embora não se possa falar de uma completa articulação entre a evolução das diferentes maneiras de produzir e o desenvolvimento das práticas nas oficinas, um redobrado olhar sobre esses processos permite encontrar concomitâncias e descompassos importantes para traçar a história das relações entre trabalho e educação no Brasil.

Na trajetória das *lições de palavras* para as *lições de coisas* traçada por Margotto (2000) para a escola brasileira, essas últimas desembocaram naturalmente nas escolas de artífices. Era ali que o método intuitivo poderia operar integralmente, sem as limitações impostas pelos conteúdos excessivamente literários e, portanto, abstratos, do currículo “acadêmico” das escolas primárias. Numa antecipação do *aprender fazendo* da Escola Nova, a pedagogia ativa das oficinas entreteinha os jovens com seus desafios práticos. Todavia, na prática, esse exercício se encerrava em si mesmo, perfazendo o aprendiz um tosco empirismo. Como diagnosticou Luderitz em 1920, o ensino oferecido pelas escolas de aprendizes apenas estava “oferecendo aos alunos oportunidades de aprendizagem tão mal como em qualquer oficina particular, das manobras elementares de sapateiro, alfaiate, do torneiro, em madeira, do carpinteiro ou de outra profissão” (apud QUELUZ, 1998, p.110). Mas, para os educadores escolanovistas, ali sim estava em curso a realização da pedagogia ativa que eles sonhavam implantar um dia na “escola acadêmica”, para utilizar a expressão de Anísio Teixeira.

Essa oposição entre “educação acadêmica” e “educação profissional”, reproduz-se hoje em dia, agora num cenário de reestruturação produtiva marcado pela “globalização” e pela preponderância do setor terciário da economia. Nesse contexto, a maioria das escolas se transformaram em Centros Federais de Educação Tecnológica, podendo ministrar além de cursos técnicos, cursos superiores. A antiga questão ensino acadêmico versus ensino profissional se atualizou recentemente pela separação, a partir do decreto 2208 de 1997, entre o ensino médio e o ensino profissional, situação esta revogada pelo atual governo, muito mais com vistas à melhoria do ensino médio do que, propriamente, para alavancar a educação técnica, cada vez mais considerada como formação que deveria ser feita no nível superior. Desta forma, remete-se a questão para o ensino superior, ou seja, para o “ensino acadêmico”, ele mesmo às voltas com seu próprio ajustamento à nova situação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Mário Lopes. O projeto reformador paulista e a sua influência sobre o ensino profissional: o caso da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná. In: *Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação*, Natal: SBHE, 2000, CD-ROM.

- ASSUMPÇÃO, Paulo Ildefonso de. O Ensino Profissional na Aula e na Oficina. *A União*, 19 de outubro de 1918.
- BASTOS, Péricles Antonio Barra Bastos. *A Escola de Aprendizizes Artífices do Pará, 1909/42*. Um estudo histórico. Rio de Janeiro, 1980. Dissertação (Mestrado em Educação) – FGV/RJ.
- CINTRA, Maria Cristina. *O processo de aprendizado do ofício de alfaiate em Florianópolis (1913/1968)*. Florianópolis, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSC.
- CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: FLACSO, 2000a.
- _____. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: FLACSO, 2000b.
- _____. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: FLACSO, 2000c.
- FERREIRA, Almiro de Sá. *A Escola de Aprendizizes Artífices no Estado da Paraíba: processos disciplinares e de reordenamento para o trabalho assalariado*. Brasília: INEP, 1994.
- _____. *Profissionalização dos Excluídos*. A Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba. João Pessoa: A União, 2002.
- LIMA, Marileuza Fernandes Correia de et al. *Da Escola de Aprendizizes Artífices da Parahyba à Escola Técnica Federal da Paraíba: memórias do ensino técnico*. 2a. ed. João Pessoa: ETEFPB, 1997.
- MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. A escola de aprendizes artífices do Ceará: incursões em seu passado (1910-1918). In: STAMATTO, Maria Inês Sucupira; ARAÚJO, Marta Maria de (Org.). *Anais do XIII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste*. V. 1. Natal: Ed. da UFRN, 1997.
- MARGOTTO, Lílian Rose. *A pedagogia chega à escola: o saber psicológico nos periódicos educacionais (São Paulo – 1890/1930)*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Educação) – FEUSP.
- MEDEIROS, João Rodrigues Coriolano de. *Resenha histórica da Escola de Aprendizizes Artífices do Estado da Parahyba do Norte (5 de janeiro de 1910 – 30 de junho de 1922)*. Parahyba do Norte: [s.n.], 1922.
- MELO, Inayara Elida Aquino de, BEZERRA, Vanderlucia Mamedo e KULESZA, Wojciech Andrzej. A Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba: escola, oficina ou atelier?(1909-1942). In: *Anais do I Encontro Norte e Nordeste de História da Educação*. CD-ROM. Fortaleza: Edições UFC, 2006.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Instrução “popular” e ensino profissional: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves Vidal; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (Org.). *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- _____. *A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo (1873-1934)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- QUELUZ, Gilson Leandro. Método intuitivo e o serviço de remodelação do ensino técnico-profissional. *Revista Educação e Tecnologia (Curitiba)*, v. 3, 1998.
- RUGIU, Antonio Santoni. *Nostalgia do Mestre Artesão*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de. *A Escola de Aprendizizes Artífices do Amazonas*. Os caminhos de sua implantação e consolidação: 1909-1942. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – PUC/SP.